

MORANG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as
demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Quotistas e aos Administradores da
MORANG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da MORANG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MORANG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à MORANG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Contingências

Conforme consta na Nota Explicativa nº 24, entre a data de encerramento do exercício social e da divulgação das demonstrações contábeis, houve novidades na causa judicial da “Massa Falida das fazendas Reunidas Boi Gordo”. Em junho de 2024, a Companhia e a Massa Falida apresentaram petição conjunta informando que chegaram a um acordo para o encerramento do litígio e a liberação definitiva dos ativos da Companhia. Os credores da Massa Falida e o Ministério Público foram notificados e não se opuseram ao acordo. Em outubro de 2024, o acordo foi homologado e a Companhia cumpriu sua obrigação, realizando o depósito judicial do montante pactuado de R\$ 22.000.000. Nos meses seguintes, as partes informaram ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo sobre a homologação e o cumprimento do acordo, requerendo a extinção dos recursos pendentes entre a Companhia e a Massa Falida, devido à perda de objeto. Em dezembro de 2024, as restrições que incidiam sobre as matrículas dos imóveis da Companhia foram levantadas. Dessa forma, considerando a homologação do acordo, o trânsito em julgado da decisão e o cumprimento das obrigações assumidas, este litígio não representa mais risco de perda para Morang. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da MORANG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a MORANG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. continuar operando, divulgado, quando aplicável, assuntos relacionados à sua continuidade operacional e usar dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a MORANG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., e/ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da MORANG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. têm responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. A segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis citadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo do processo. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos e obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção, em nosso relatório de auditoria, para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante este trabalho.

Barueri, 24 de fevereiro de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
Assinado de forma digital por ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2025.02.24 09:54:32 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

ELIANE TANIA RESMINI:650730610043061004
Assinado de forma digital por ELIANE TANIA RESMINI:65073061004
Dados: 2025.02.24 09:57:37 -03'00'

Eliane Tânia Resmini
Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1
Sócia Responsável Técnica

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Balanço patrimonial	1
Demonstração do resultado	2
Demonstração do resultado abrangente	3
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto	5
Notas explicativas às demonstrações financeiras	6-27

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em Reais

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	5.608.141	3.259.696
Tributos a recuperar	9	2.671	164.812
Estoques	10	327.072.332	256.033.278
Outros créditos	11	555.966	547.317
		333.239.110	260.005.103
Não circulante			
Ativo realizável a longo prazo			
Imobilizado	18	3.712.594	4.088.798
		3.712.594	4.088.798
Total do ativo		336.951.704	264.093.901
Passivo			
Circulante			
Financiamentos	15	35.418.734	8.448.490
Fornecedores		5.295.686	1.958.047
Salários e encargos sociais	12	6.600	1.320
Tributos a recolher	13	679.128	122.405
Outros passivos	14	16.513	33.889
		41.416.661	10.564.151
Patrimônio líquido			
Capital social	25	123.362.998	123.362.998
Ajuste de conversão		220.276.904	151.795.402
Prejuízos acumulados		(48.104.859)	(21.628.650)
		295.535.043	253.529.750
Total do passivo		41.416.661	10.564.151
Total do passivo e patrimônio líquido		336.951.704	264.093.901

FRANCISCO
JAVIER
SALVATELLI:700
83844163

Assinado de forma digital
por FRANCISCO JAVIER
SALVATELLI:70083844163
Dados: 2025.02.24
11:58:35 -03'00'

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Reais

	Notas	2024	2023
Resultado dos arrendamentos			
Receitas dos arrendamentos		9.164.501	8.602.156
Custos dos arrendamentos	19	(4.684.812)	(4.763.956)
Lucro bruto		4.479.689	3.838.200
Despesas operacionais			
Gastos de administração	19	(7.251.013)	(5.750.141)
Outras (despesas) / receitas	21	(21.976.816)	226.930
Prejuízo operacional		(24.748.140)	(1.685.011)
Resultado financeiro			
(Despesas) / receitas financeiras	16	(658.745)	395.204
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(25.406.885)	(1.289.807)
Imposto de renda	17	(778.118)	3.118.255
Contribuição social	17	(291.206)	1.936.526
(Prejuízo) Lucro do exercício		(26.476.209)	3.764.974
(Prejuízo) Lucro por quota do capital social no fim do exercício		(0,19)	0,027

FRANCISCO
JAVIER

SALVATELLI:700³
83844163

Assinado de forma digital
por FRANCISCO JAVIER
SALVATELLI:7008384416

Dados: 2025.02.24
11:59:01 -03'00'

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Reais

	2024	2023
(Prejuízo) Lucro do exercício	(26.476.209)	3.764.974
Outros resultados abrangentes		
Ajuste de conversão	68.481.502	(19.337.152)
	68.481.502	(19.337.152)
Total resultado abrangente	42.005.293	(15.572.178)

FRANCISCO
JAVIER
SALVATELLI:70
083844163

Assinado de forma digital
por FRANCISCO JAVIER
SALVATELLI:70083844163
Dados: 2025.02.24
11:59:18 -03'00'

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Reais

	Capital social	Ajuste de Conversão	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022	123.362.998	171.132.554	(25.393.624)	269.101.928
Lucro do exercício	-	-	3.764.974	3.764.974
Ajuste de conversão	-	(19.337.152)	-	(19.337.152)
Em 31 de dezembro de 2023	123.362.998	151.795.402	(21.628.650)	253.529.750
Prejuízo do exercício	-	-	(26.476.209)	(26.476.209)
Ajuste de conversão	-	68.481.502	-	68.481.502
Em 31 de dezembro de 2024	123.362.998	220.276.904	(48.104.859)	295.535.043

FRANCISCO
JAVIER
SALVATELLI:7008³
3844163

Assinado de forma digital
por FRANCISCO JAVIER
SALVATELLI:7008384416
Dados: 2025.02.24
11:59:36 -03'00'

Rubrica
RS

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Reais

	2024	2023
<u>Fluxo de caixa das atividades operacionais:</u>		
(Prejuízo) Lucro do exercício	(26.476.209)	3.764.974
Ajustes		
Imposto da renda	1.069.324	(5.054.781)
Depreciação e amortização	2.491.809	1.838.038
Juros	23.701	3.209
Resultado venda imobilizado	-	(140.000)
Variações nos ativos e passivos:		
Variações em estoques	(71.039.054)	19.728.207
Variações em contas a receber e outros créditos	153.492	467.373
Variações em tributos diferidos	(1.069.324)	(379.010)
Variações em fornecedores e outras contas a pagar	3.858.565	(308.423)
Caixa (utilizada nas) gerada pelas atividades operacionais	(90.987.696)	19.919.587
<u>Fluxo de caixa das atividades de investimentos:</u>		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(875.302)	(42.581)
Venda imobilizado	-	137.001
Caixa (utilizada nas) gerada pelas atividades de investimentos	(875.302)	94.420
<u>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:</u>		
Variações em financiamentos	26.970.244	(656.856)
Caixa gerada pelas (utilizada nas) atividades de financiamentos	26.970.244	(656.856)
Ajuste de conversão do exercício	67.241.199	(19.908.427)
Aumento (Disminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.348.445	(551.276)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.259.696	3.810.972
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.608.141	3.259.696

FRANCISCO JAVIER
SALVATELLI:70083
844163

Assinado de forma digital por
FRANCISCO JAVIER
SALVATELLI:70083844163
Dados: 2025.02.24 11:59:56
-03'00'

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Reais

1. Contexto operacional

A Morang Empreendimentos e Participações S.A. (Morang), constituída em 8 de março de 2007, e com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, é proprietária das fazendas Canadá e Dois Mil no estado de Goiás, e tem como atividade preponderante a compra, venda, arrendamento e operação de terras agrícolas.

As fazendas propriedade da Companhia estão mantidas para a venda, Com o objetivo de manter a capacidade produtiva e o valor comercial das fazendas, estas são arrendadas a terceiros, quem realizam produção de gado y grãos.

A empresa possui um acordo de gerenciamento com a MSU Brasil Agropecuária Ltda., por meio do qual esta última fornece todos os serviços operacionais, comerciais e administrativos relacionados com a atividade da empresa.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). A empresa utiliza o dólar estadunidense como moeda funcional, uma vez que é a moeda que melhor reflete o ambiente econômico que influencia suas operações, e o real brasileiro como moeda de apresentação.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Neste sentido, as demonstrações financeiras da Morang incluem certas estimativas e julgamentos referentes às vidas úteis de ativos imobilizados, à realização de créditos tributários constituídos, e outras avaliações similares.

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Reais

3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

4. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

(a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Se a moeda de apresentação das demonstrações contábeis difere da moeda funcional da entidade, seus resultados e sua posição financeira devem ser convertidos para a moeda de apresentação.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajuste de conversão no patrimônio líquido.

(b) Resultado operacional

A atividade principal da empresa neste exercício compreende o arrendamento das fazendas agrícolas da sua propriedade. O contrato de arrendamento rural tem por objeto a entrega das terras, instalações e demais bens pelo arrendador para que o arrendatário explore a atividade pecuária através da cria do gado em contraprestação a um valor a título de preço de arrendamento. A receita de arrendamento é reconhecida no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

As despesas, inclusive aquelas incorridas no período pré-operacional, são reconhecidas na demonstração do resultado por regime de competência.

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Reais

4. Descrição das principais práticas contábeis adotadas (cont.)

(c) Arrendamentos operativos

Os arrendamentos nos que o arrendador conserva substancialmente todos os riscos e recompensas da titularidade se classificam como operativos. As receitas dos arrendamentos operativos se reconhecem nas contas de lucro e prejuízo segundo o método linear durante o período de arrendamento.

(d) Imposto de renda e contribuição social

No início de 2024, a Companhia alterou seu regime de tributação, passando do lucro real, adotado em 2023, para o lucro presumido. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável (Presumido), determinado com base em 8% da receita bruta e 100% das receitas financeiras, acrescido de um adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 240 mil. A contribuição social é apurada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável (Presumido), considerando 12% da receita bruta e 100% das receitas financeiras.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Reais

4. Descrição das principais práticas contábeis adotadas (cont.)

(e) Estoques

Os estoques incluem as terras mantidas para a venda como parte da atividade principal da empresa, e as matérias primas e outros insumos utilizados para manter as pastagens nas terras.

As terras agrícolas mantidas para a venda e as matérias primas são avaliadas ao menor valor entre preço de aquisição e valor realizável líquido. O custo se determina utilizando o “método de custo médio ponderado”.

(f) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A depreciação desses itens é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na Nota 18, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.

(g) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Reais

4. Descrição das principais práticas contábeis adotadas (cont.)

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de conversão. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de conversão são reclassificados para o resultado.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Reais

4. Descrição das principais práticas contábeis adotadas (cont.)

(h) Valor recuperável

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados.

Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os estoques, o imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável.

Estima-se se que o valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é inferior ao seu valor contábil, o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa se reduzirá até seu valor recuperável, e se reconhecera imediatamente na conta de lucros e prejuízos um prejuízo por deterioro.

Quando um prejuízo por deterioro se estorna posteriormente, o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa se incrementa até a estimativa revisada do valor recuperável, que não deveria ser superior ao valor contábil que haveria sido determinado de não se ter sido reconhecido uma perda por deterioro nos exercícios anteriores, para o ativo ou unidade geradora de caixa. Os estornos de prejuízo por deterioro são reconhecidos imediatamente na conta lucros e prejuízos.

(i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente das despesas que devem ser necessárias para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Reais

5. Gerenciamento dos riscos financeiros

Fatores de risco financeiro: princípios e processo de gestão de riscos.

As atividades da empresa estão expostas a diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco global da Companhia se foca na incerteza dos mercados financeiros e tenta diminuir os custos de capital da empresa recorrendo a médios adequados de financiamento e de administrar e controlar com eficácia os riscos financeiros da empresa. A companhia utiliza instrumentos financeiros para cobrir a exposição a determinados riscos.

A administração de riscos da empresa comporta um seguimento constante dos riscos materiais identificados, determinar a ordem de prioridade dos riscos segundo sua probabilidade em todos os níveis da organização e considerar estes no processo de planejamento estratégico e de negócios. Também é importante identificar e administrar oportunidades vinculadas de forma eficiente. Os riscos podem ser específicos da Companhia ou estar vinculados ao setor ou a um mercado geográfico. É importante sinalizar que não todos os riscos se encontram sob controle da empresa.

A identificação, avaliação e mitigação dos riscos são por conta da Administração, que se foca num gerenciamento específico e correto dos riscos. A Administração é quem tem a responsabilidade geral sobre a identificação e o gerenciamento do risco.

Os principais riscos financeiros são o risco dos preços das matérias primas e os produtos agrícolas, o risco da taxa de cambio, o risco da taxa de juros, o risco de liquidez e o risco creditício. Este parágrafo proporciona

uma descrição dos principais riscos e incerteza que poderiam ter um efeito material na estratégia, o rendimento, os resultados operativos e a situação financeira da empresa. Os principais riscos e incertezas a enfrenta o negociam estão descritos a continuação:

- **Risco de taxa de cambio**

Os fluxos de caixa, o demonstrativo de resultado e balanço patrimonial são realizados em dólares americanos e podem ser afetados pelas flutuações da taxa de cambio. Os riscos cambiais, conforme definição do CPC 40 surge devido a ativos e passivos monetários denominados em uma moeda não coincidente com a moeda funcional.

A Companhia pode realizar operações com moedas diferentes às moedas funcionais. Até a data de hoje, as transações denominadas em moeda distinta á moeda funcional consta em moeda do país de constituição da empresa. Por tanto, a empresa mantém o balanço monetário ao encerramento de cada exercício que constam denominados em tal moeda (Demonstrativos Financeiros expressados em moeda funcional).

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Reais

5. Gerenciamento dos riscos financeiros (cont.)

O seguinte demonstrativo mostra uma abertura das posições líquidas monetárias nas moedas nas que opera expressados em moeda funcional:

	Expressados em a moeda funcional (dólar americano)		Expressados em reais	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Posição líquida monetária ativa				
Real brasileiro	1.253.070	3.814.211	202.361	787.850
Total	1.253.070	3.814.211	202.361	787.850

Partindo do demonstrativo anterior, a análise se desenvolve sobre a base da exposição da moeda local frente ao dólar americano (moeda funcional). A Companhia estima que, para cada exercício apresentado, permanecendo constante o resto dos fatores, um fortalecimento de 10% (ou enfraquecimento) da moeda local frente lá moeda funcional ao encerramento do exercício aumentaria (ou diminuiria) os resultados ante de imposto segundo o descrito no demonstrativo inferior (importes expressados na moeda funcional):

	Expressados em a moeda funcional (dólar americano)			
	31.12.2024		31.12.2023	
	+10%	-10%	+10%	-10%
Real brasileiro	(18.396)	22.485	(71.623)	87.539
Total	(18.396)	22.485	(71.623)	87.539

- **Risco de liquidez**

O risco de liquidez inclui os riscos associados com ao refinanciamento das dívidas financeira na medida em que ocorre seu vencimento, o risco de que esteja disponível linha de financiamento para dar resposta las necessidades de caixa e o risco que os ativos financeiros não possam se converter em forma imediata em caixa sem perder valor.

Uma administração prudente do risco de liquidez inclui a administração do perfil de vencimentos das dívidas e das fontes de financiamento, mantendo suficiente caixa e garantindo a disponibilidade de financiamento procedente de uma quantidade suficiente de linhas de crédito estabelecidas.

A capacidade da empresa para financiar suas necessidades de dívida existentes e futuras se administra mantendo fontes de financiamento diversificadas com entidades creditícias de qualidade, a traves de linhas de financiamento estabelecidas de suficiente quantia.

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Reais

5. Gerenciamento dos riscos financeiros (cont.)

O demonstrativo indicado embaixo analisa os passivos financeiros da empresa agrupados por vencimento de acordo com os prazos restantes, na data do Balanço Patrimonial até a data de vencimento contratual. Os valores divulgados no demonstrativo se relacionam com os fluxos de caixa contratuais não descontados (sem incluir fluxo de juros financeiros).

	Menos de 1 ano	Total
31 de dezembro de 2024		
Financiamentos	35.418.734	35.418.734
Fornecedores	5.295.686	5.295.686
Tributos a recolher	679.128	679.128
Salários e encargos sociais	6.600	6.600
Outros passivos	16.513	16.513
	41.416.661	41.416.661
	Menos de 1 ano	Total
31 de dezembro de 2023		
Financiamentos	8.448.490	8.448.490
Fornecedores	1.958.047	1.958.047
Tributos a recolher	122.405	122.405
Salários e encargos sociais	1.320	1.320
Outros passivos	33.889	33.889
	10.564.151	10.564.151

- **Risco da taxa de juros**

Os custos de financiamento da empresa podem ser influenciados de forma significativa pela volatilidade das taxas de juros. Alinhado com a política de administração da taxa de juros da empresa, os recursos de terceiros podem se formalizar a taxa fixa ou variável. A empresa mantém suficientes linhas de crédito estabelecidas e conserva seus ativos financeiros principalmente em curto prazo, como investimentos de elevada liquidez que podem se converter facilmente a valores efetivo conhecido com anterioridade.

O risco da taxa de juros surge dos recursos de terceiros em longo prazo. A dívida financeira a taxa variável expõe os fluxos de caixa da empresa a um risco de taxa de juros sobre o fluxo de caixa. A dívida financeira emitida com taxa de juros fixa expõe á empresa a um risco de taxa de juros sobre o valor justo.

A companhia mitiga sua exposição por riscos de juros sobre fluxos de caixa formalizando empréstimos principalmente a taxa fixa.

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Reais

5. Gerenciamento dos riscos financeiros (cont.)

- **Risco creditício**

A exposição da empresa ao risco creditício adota a forma de um prejuízo que se reconhecera se a contraparte não cumpriria, ou não fossem capazes de honrar suas obrigações.

A Empresa poderá estar sujeita a risco creditício derivado das contas a cobrar em aberto, caixa e equivalentes de caixa e depósitos mantidos com Banco e instituições financeiras.

A política da empresa consiste em administrar a exposição creditícia mediante a venda de produtos agrícolas e dos arrendamentos a grandes empresas creditadas e solventes.

A máxima exposição ao risco creditício esta representada pelo valor contábil de cada ativo financeiro no Balanço, depois de deduzir as provisões por deterioro.

A Empresa mantém efetivo em depósitos com uma serie de instituições financeiras. A empresa unicamente efetua depósitos em bancos e instituições financeiras solventes. A máxima exposição ao risco creditício está representada pelo valor contábil da caixa e equivalente de caixa no Balanço. A exposição do Grupo ao risco creditício derivado da caixa e equivalente a caixa se expõe na Nota 8.

O principal objetivo de manter instrumentos financeiros derivativos é a administração de risco de preço de produto terminado.

A empresa celebra contratos derivativos com contrapartes de reconhecida qualidade creditícia. Os montantes sujeitos a risco creditício relacionados a instrumentos derivativos estão geralmente limitados aos valores, se existiram, em que as obrigações da contraparte excedem as da empresa. A administração estima que nenhuma contraparte deixara de cumprir suas obrigações.

Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da empresa para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Morang monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Reais

5. Gerenciamento dos riscos financeiros (cont.)

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim sumariados:

	2024	2023
Total dos Financiamentos	35.418.734	8.448.490
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(5.608.141)	(3.259.696)
Dívida líquida	29.810.593	5.188.794
Total do patrimônio líquido	295.535.043	253.529.750
Total do capital	325.345.636	258.718.544
Índice de alavancagem financeira - %	9,16%	2,01%

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e contas a pagar pelo valor contábil, menos a perda (desvalorização) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Empresa para instrumentos financeiros similares.

A Empresa aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

6. Instrumentos financeiros derivativos

Como parte de suas operações, a Empresa dispõe duma variedade de instrumentos financeiros derivativos para administrar a exposição dos riscos financeiros expostos acima. Como parte de esta estratégia, a empresa pode celebrar (i) derivativos de taxa de juros para controlar a composição da dívida a taxas variáveis e fixas; (ii) derivativos de moeda para cobrir determinados fluxos de caixa em moeda estrangeira e ajustar a composição dos ativos e passivos monetários. A política da Companhia é não usar instrumentos derivativos com fins especulativos.

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Reais

6. Instrumentos financeiros derivativos (cont.)

Os instrumentos financeiros derivativos implicam, em certa medida, elementos de mercado e riscos creditícios que não são reconhecidos no Balanço. O risco de mercado associado com estes instrumentos provenientes do movimento de preços se espera que compense o risco de mercado das contas, ativos e passivos, que estão sendo cobertos. A contraparte dos forwards, futuros e opções celebrados geralmente são grandes empresas com qualificação creditícia igual ou maior que da empresa. A empresa monitora continuamente a qualificação creditícia da contraparte e busca limitar a exposição financeira.

A empresa apura o valor justo dos instrumentos derivativos utilizando preços de mercado, quando estejam disponíveis, ou em caso de não estar disponíveis, mediante o fluxo de caixa futuro descontado na data do Balanço.

Considera-se que os instrumentos financeiros vencem dentro de um ano e são expostos como ativos e passivos circulantes, exceto que sejam definidos como parte de uma relação de cobertura, em esse caso serão expostos conforme o período de vencimento da conta coberta.

7. Estimativas e juízo contábil crítico

As políticas contábeis críticas são aquelas que têm maior importância na hora de refletir a situação financeira, os resultados de operações e fluxos de caixa da empresa, e exigem a Diretoria que formule estimações e juízos difíceis, subjetivos e complexos sobre assuntos intrinsecamente incertos. A Diretoria baseia suas estimações na experiência histórica e em outras teses que considera razoável. A continuação se comenta as políticas contábeis críticas da empresa.

Os resultados reais podem diferir das estimativas utilizadas na aplicação das políticas contábeis críticas e estas podem ter um efeito material nos resultados das operações. A empresa também conta com outras políticas consideradas política contábil chave, como a de reconhecimento das receitas. Não obstante, estas outras políticas, que se comentam na maioria dos demonstrativos financeiros da empresa, não satisfazem a definição de estimativas contábeis críticas, porque em geral não precisam da preparação de estimativas nem de juízos complexos e subjetivos.

(a) Comprovação de deterioro do ativo

Em cada data de balanço, a empresa revisa os valores contábeis de seu ativo imobilizado material com o intuito de determinar se existe algum indício de que os ativos sofreram deterioro. Caso existir algum sinal nesse sentido, se estima o valor recuperável do ativo para determinar o alcance do deterioro. Quando o ativo não gera fluxos de caixa independentes de outros ativos, a empresa estima o valor recuperável da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo.

(b) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros que não cotizam num mercado ativo se apura aplicando técnicas de avaliação. A empresa utiliza seu critério para selecionar diversos métodos e formular teses principalmente baseadas nas condições de mercado existentes a cada data de Balanço. A empresa recorreu à análise dos fluxos de caixa descontados no caso de vários ativos financeiros que não cotizam em mercados ativos.

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Reais

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Bancos	5.608.141	3.259.696
	<u>5.608.141</u>	<u>3.259.696</u>

9. Tributos a recuperar

	2024	2023
IRRF	2.671	82.843
IR a recuperar	-	57.566
CS a recuperar	-	24.403
	<u>2.671</u>	<u>164.812</u>

10. Estoques

	2024	2023
Circulante		
Fazendas	326.895.471	255.579.445
Insumos	176.861	453.833
	<u>327.072.332</u>	<u>256.033.278</u>

11. Outros créditos

	2024	2023
Arrendamentos a cobrar	527.131	488.974
Provisões	23.356	58.343
Adiantamentos a fornecedores	5.479	-
	<u>555.966</u>	<u>547.317</u>

12. Salários e encargos sociais

	2024	2023
Encargos sociais	6.600	1.320
	<u>6.600</u>	<u>1.320</u>

13. Tributos a recolher

	2024	2023
CSRF a recolher	212.381	-
Imposto de renda	269.515	-
IRRF a recolher	68.510	-
Contribuição social	100.147	-
COFINS a recolher	23.486	100.326
PIS a recolher	5.089	21.753
Outros a recolher	-	326
	<u>679.128</u>	<u>122.405</u>

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Reais

14. Outros passivos

	2024	2023
Provisões	16.513	33.889
	<u>16.513</u>	<u>33.889</u>

15. Financiamentos

a) Saldos e operações com acionistas:

	2024	2023
Financiamentos:		
MORANG LLC	35.418.734	8.448.490
	<u>35.418.734</u>	<u>8.448.490</u>

16. (Despesas) / Receitas financeiras

	2024	2023
(Despesas) / receitas financeiras		
Juros sobre investimentos	195.886	312.097
Variação cambial, líquida	(830.930)	86.316
Juros sobre financiamentos	(23.701)	(3.209)
	<u>(658.745)</u>	<u>395.204</u>

17. Imposto de renda e contribuição social

Os impostos sobre a renda foram apurados conforme os benefícios graváveis estimados no exercício á taxa vigente. O benefício por imposto sobre a renda do exercício se detalha em:

	2024	2023
Imposto corrente e diferido	(1.069.324)	5.054.781
	<u>(1.069.324)</u>	<u>5.054.781</u>

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Reais

17. Imposto de renda e contribuição social (cont.)

Os balanços e movimentos do imposto de renda e contribuição social diferidos foram os seguintes:

	Prejuízos acumulados	Ajuste de conversão	Diferença temporária empréstimos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.539.702	(9.158.103)	1.184.610	(5.433.791)
Movimento do exercício	1.853.744	961.477	(1.184.610)	1.630.611
Reversão por mudança do regime de apuração	(4.393.446)	8.196.626	-	3.803.180
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-

No início de 2024, a Companhia alterou seu regime de tributação, passando do lucro real, adotado em 2023, para o lucro presumido. No início de 2025, a Companhia adotou novamente o lucro presumido para o exercício 2025.

Efeitos da mudança no regime de apuração dos impostos

Quando uma empresa muda o regime de apuração do lucro real para o lucro presumido, é necessário reavaliar a situação dos impostos diferidos sobre as diferenças temporárias. Os impostos diferidos são calculados e registrados na contabilidade com base na premissa de que as diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil se reverterão futuramente, impactando os resultados tributáveis.

Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais acumulados

Quando uma empresa possui prejuízos fiscais acumulados e passa a adotar o regime de apuração do lucro presumido para efeito de cálculo do IRPJ e CSLL, ela não poderá se beneficiar de créditos fiscais decorrentes desses prejuízos, pois no lucro presumido isso não é permitido. Assim, os impostos diferidos calculados sobre os prejuízos fiscais em 2023, foram revertidos na contabilidade.

Impostos diferidos sobre diferenças temporárias tributáveis

No regime de apuração do lucro presumido, o lucro tributável é determinado com base em um percentual fixo sobre a receita bruta, e não sobre o lucro contábil ajustado por adições e exclusões. Portanto, as diferenças temporárias que deram origem aos impostos diferidos no regime de apuração do lucro real deixam de ter relevância para efeito de apuração do IRPJ e CSLL no regime de apuração do lucro presumido, uma vez que a base de cálculo desses tributos não considera mais essas diferenças temporárias.

As diferenças temporárias para efeito de cálculo dos impostos diferidos levam em consideração as informações registradas na contabilidade e a base fiscal. Entretanto, se a base fiscal no regime de apuração do lucro presumido é a receita bruta e não mais o lucro ajustado, não haverá diferenças temporárias entre a base fiscal e as informações registradas na contabilidade.

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Reais

17. Imposto de renda e contribuição social (cont.)

Consequentemente, os impostos diferidos sobre as diferenças temporárias registrados na contabilidade em 2024, não serão realizados e, foram revertidos na contabilidade.

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais desses tributos, estão reconciliados para o valor registrado como despesa de imposto de renda e contribuição social como segue:

	<u>2023</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.289.807)
Imposto de renda e da contribuição social á taxa nominal de 25% a 9%	438.534
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:	
Reversão por mudança do regime de apuração	4.764.458
Despesas não dedutíveis	-
Efeito da variação cambial	<u>(148.211)</u>
Valor registrado no resultado	<u>5.054.781</u>
	<u>2024</u>
Receita bruta	9.164.500
32% da receita bruta	2.932.640
Outras Receitas	302.989
Imposta da Renda	
Taxa normal 15%	(485.344)
Taxa adicional 10% (base maior que 240 mil)	(285.838)
Contribuição Social	
Taxa normal 9%	(291.207)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:	
Despesas não dedutíveis	<u>(6.935)</u>
Valor registrado no resultado	<u>(1.069.324)</u>

Morang Empreendimentos e Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em Reais

18. Imobilizado

	Maquinarias e equipo	Veículos e implementos agrícolas	Equipamentos e instalações agrícolas	Equipamentos de informática e de comunicação	Total
Custo ou avaliação					
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.141.885	413.647	10.622.398	71.408	12.249.338
Aquisição	3.400	-	39.181	-	42.581
Ajuste de conversão	(14.945)	(126.442)	(1.640.688)	(1.501)	(1.783.576)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.130.340	287.205	9.020.891	69.907	10.508.343
Aquisição	-	-	875.302	-	875.302
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.130.340	287.205	9.896.193	69.907	11.383.645
Depreciação acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2022	682.872	134.604	6.050.473	71.408	6.939.357
Depreciação	96.850	78.240	1.662.948	-	1.838.038
Baixas	(14.479)	(129.907)	(1.640.688)	(1.501)	(1.786.575)
Ajuste de conversão	33.113	20.128	(624.516)	-	(571.275)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	798.356	103.065	5.448.217	69.907	6.419.545
Depreciação	100.165	67.390	2.324.254	-	2.491.809
Ajuste de conversão	(92.497)	(46.837)	(1.100.969)	-	(1.240.303)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	806.024	123.618	6.671.502	69.907	7.671.051
Valor residual					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	331.984	184.140	3.572.674	-	4.088.798
Saldos em 31 de dezembro de 2024	324.316	163.587	3.224.691	-	3.712.594
Tasas anuais de depreciação - %	10 a 20	10 a 20	10	20	

Rubrica
AS

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Reais

19. Abertura de custos e gastos

Conceitos	31.12.2024			31.12.2023		
	Custos dos arrendamentos	Gastos de administração	Total	Custos dos arrendamentos	Gastos de administração	Total
Honorários e despesas de gestão	-	3.054.497	3.054.497	-	2.520.073	2.520.073
Depreciação	2.491.809	-	2.491.809	1.838.038	-	1.838.038
Honorários de administração	-	2.349.868	2.349.868	-	1.798.369	1.798.369
Impostos e taxas	277.312	1.341.323	1.618.635	912.454	1.037.370	1.949.824
Trabalhos agrícolas	547.932	-	547.932	215.792	-	215.792
Honorários	-	418.860	418.860	-	360.824	360.824
Reembolso de despesas	383.932	-	383.932	542.310	-	542.310
Despesas de viagem	251.425	43.036	294.461	248.094	7.341	255.435
Energia	258.361	-	258.361	234.750	-	234.750
Agroquímicos	225.545	-	225.545	357.317	-	357.317
Reparação e manutenção	129.941	-	129.941	322.782	-	322.782
Seguros	40.598	-	40.598	66.126	-	66.126
Fertilizantes	39.825	-	39.825	-	-	-
Comunicações	6.060	23.608	29.668	6.415	11.009	17.424
Despesas de escritório	28.163	4.537	32.700	17.130	-	17.130
Salários e encargos sociais	-	13.200	13.200	-	13.200	13.200
Despesas bancárias	-	2.084	2.084	-	1.955	1.955
Outras despesas	3.909	-	3.909	2.748	-	2.748
Total	4.684.812	7.251.013	11.935.825	4.763.956	5.750.141	10.514.097

Rubrica

AS

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Reais

20. Despesas com pessoal

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Encargos sociais	13.200	13.200
	<u>13.200</u>	<u>13.200</u>

21. Outras (despesas) / receitas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Venda de ativo imobilizado	-	139.534
Compensação	107.095	-
Compensação a Massa Falida	(22.000.000)	-
Honorários legais	(83.919)	-
Outras receitas várias	8	87.396
	<u>(21.976.816)</u>	<u>226.930</u>

22. Arrendamentos a receber

A Empresa celebrou um contrato de arrendamento com terceiros envolvendo um total de 21.124 hectares, com uma data de finalização o 31 de dezembro de 2024, que será renovado até 31 de julho de 2025.

A empresa também celebrou um contrato de arrendamento agrícola para um total de 944 hectares, com data de término em 28 de fevereiro de 2025.

No final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a empresa reconheceu a receitas de arrendamento na Demonstração de Resultados, sob a linha "Receitas por arrendamento"

Os recebimentos futuros de arrendamento são os seguintes:

	<u>RS</u>
No prazo de 1 ano	4.826.396
Total	<u>4.826.396</u>

23. Contratos significativos – Serviços de gerenciamento com MSU Brasil Agropecuária Ltda.

A empresa possui um acordo de gerenciamento com a MSU Brasil Agropecuária Ltda. (MSU), por meio do qual esta última fornece todos os serviços operacionais, comerciais e administrativos relacionados com a atividade da empresa.

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Reais

24. Contingências

A Empresa está sujeita a diversas leis, regulamentos e práticas comerciais do país em que opera. No curso normal dos negócios, a Empresa está sujeita a determinados passivos contingentes no que diz respeito aos créditos existentes ou potenciais, ações e processos judiciais, incluindo aqueles envolvendo questões tributárias, previdenciárias, processos trabalhistas e outros assuntos. A Empresa provisiona passivos quando é provável que os custos futuros sejam incorridos e esses custos podem ser razoavelmente estimados. Tais provisões são baseadas nas estimativas quanto aos resultados dessas matérias até a data, obtida por meio da experiência dos advogados encarregados desses assuntos. Na data de emissão destas demonstrações financeiras não havia contingências.

Pinheiro Neto Advogados representa Morang na seguinte ação judicial:

Massa Falida das Fazendas Reunidas Boi Gordo (“Massa Falida”)

As Fazendas Reunidas Boi Gordo ("Boi Gordo") requereram concordata em 2001, que foi convertida em falência em 2004 e está em trâmite perante a 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo.

Em 2013, a Massa Falida das Fazendas Reunidas Boi Gordo S.A. (“Massa Falida”) ajuizou medida cautelar requerendo extensão da falência, descon sideração de personalidade jurídica, responsabilização civil e bloqueio liminar de bens contra Morang Empreendimentos e Participações S.A. (“Morang”) e outras pessoas físicas e jurídicas (i.e., Grupo Golin e Grupo Vision). Alegou que o Grupo Golin teria desviado bens da Massa Falida e que Morang e empresas do Grupo Vision fariam parte desse Grupo. Morang apresentou agravo de instrumento em face da decisão que determinou o bloqueio de seus bens, mas este não foi provido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (“TJSP”).

Em 2014, o Juízo da Falência autorizou Morang a operar as suas fazendas com a condição de que uma empresa independente realizasse o monitoramento de sua produção e que os recursos gerados na operação fossem reinvestidos para a manutenção das fazendas. Apesar de a operação ter sido autorizada, os ativos fixos, como a propriedade sobre as fazendas, continuaram bloqueados. Referida autorização também impediu que Morang distribuísse dividendos até o julgamento final da ação.

Durante o ano de 2014, Morang apresentou contestação demonstrando origem de seus recursos, sua cadeia societária e beneficiário final (i.e., ABP), sem participação do Grupo Golin. Juntou vasta documentação e relatório da Ernst&Young Assessoria Empresarial Ltda. (“EY”), confirmando esses pontos. Após trâmite regular do processo, foi proferida sentença em 2015, julgando improcedente a pretensão da Massa Falida exclusivamente em relação a Morang e condenando os demais réus. A sentença confirmou origem dos recursos da Morang e cadeia societária, sem participação do Grupo Golin, e desbloqueou por completo seus bens.

Em 2015, a Massa Falida apresentou apelação em face da sentença.

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Reais

24. Contingências (cont.)

Em 2017, em sede recursal, o TJSP anulou parcialmente a sentença, (i) mantendo a condenação do Grupo Golin; e (ii) anulando o quanto decidido em relação a Morang e Grupo Vision, sob o fundamento de cerceamento de defesa, e determinando o retorno do caso à origem para reabertura da fase probatória, a ser conduzida em autos apartados. Segundo TJSP, o relatório da EY de 2015 precisaria ser validado por perito judicial. Contra o acórdão do TJSP, pendem de julgamento no Superior Tribunal de Justiça recursos especiais interpostos pelas partes. Morang defende que TJSP não poderia, de ofício, ter anulado sentença contra ela.

Em 2019, após instauração de autos suplementares na origem para reabertura da fase instrutória em relação a Morang e Grupo Vision, foi determinada a realização de perícia indireta sobre os documentos dos autos, nomeando-se BDO RCS Auditores Associados Ltda. (“BDO”).

Em 2022, BDO apresentou laudo confirmando veracidade das informações e conclusões do relatório EY. Em especial, confirmou que recursos da Morang provém da ABP, que o Grupo Golin não faz parte da cadeia societária da Morang e não é seu beneficiário e que os bens da Morang foram licitamente adquiridos por ela com recursos próprios. A fase instrutória foi então encerrada e as partes apresentaram suas alegações finais.

Em janeiro de 2024, foi proferida nova sentença, julgando improcedente a pretensão da Massa Falida contra Morang e Grupo Vision, na linha das conclusões apresentadas pela EY e BDO, reconhecendo que Morang havia comprovado e a perícia havia atestado a ausência de seu vínculo com o Grupo Golin, comprovação de sua cadeia societária e beneficiário final e origem e licitude de seus recursos para a aquisição das fazendas.

Em fevereiro de 2024, Morang opôs embargos de declaração indicando omissão da sentença sobre o levantamento da ordem de bloqueio sobre seus bens, em vista da revogação da liminar; e sobre a condenação da Massa Falida às penalidades por litigância de má-fé e ao ressarcimento de custas e despesas processuais.

Em março de 2024, o Ministério Público se manifestou pela rejeição dos embargos de declaração da Massa Falida e favoravelmente ao levantamento da ordem cautelar de bloqueio de bens.

Em junho de 2024, Morang e Massa Falida apresentaram petição conjunta informando que chegaram a um acordo visando o encerramento do litígio entre elas e a liberação definitiva dos ativos da Morang. Os credores da Massa Falida e o Ministério Público foram notificados do acordo e não se opuseram a ele.

Em outubro de 2024, o acordo foi homologado e a Morang cumpriu a obrigação que lhe cabia em razão do acordo, depositando em juízo a quantia pactada com a Massa Falida de R\$ 22.000.000 (vinte e dois milhões de reais).

Em novembro e dezembro de 2024, as partes apresentaram petições informando o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo sobre a homologação e cumprimento do referido acordo, requerendo a extinção dos recursos pendentes entre Morang e Boi Gordo, devido a sua perda de objeto.

Em dezembro de 2024, as constrições que recaiam sobre as matrículas das fazendas de Morang foram levantadas.

Em razão da homologação do acordo, trânsito em julgado dessa decisão e cumprimento da parte que lhe cabia no acordo, este litígio não representa mais uma contingência para a Morang.

Morang Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Reais

25. Capital Social

	Número de ações	Capital aportado pelos quotistas R\$
Ao 31 de dezembro de 2022	151.822.006	123.362.998
Ao 31 de dezembro de 2023	151.822.006	123.362.998
Ao 31 de dezembro de 2024	151.822.006	123.362.998

26. Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes a serem divulgados entre a data de encerramento do exercício social e da divulgação das demonstrações contábeis, que tenham ou possam vir a ter efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados da Empresa.

Assinado por:

Alexandre Santana

C3CE37B196384F3...

FRANCISCO JAVIER
SALVATELLI:70083
844163

Assinado de forma digital
por FRANCISCO JAVIER
SALVATELLI:70083844163
Dados: 2025.02.24
12:00:26 -03'00'